

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº123 - NOVEMBRO - PORTO VELHO, 2003
VOLUME VIII

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História - UFRO
CLODOMIR S. DE MORAIS - Sociologia - IATTERMUND
ARTUR MORETTI - Física - UFRO
CELSO FERRAREZI - Letras - UFRO
HEINZ DIETER HEIDEMANN - Geografia - USP
JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY - História - USP
MARIO COZZUOL - Biologia - UFRO
MIGUEL NENEVÉ - Letras - UFRO
ROMUALDO DIAS - Educação - UNICAMP
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia - UFSC

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

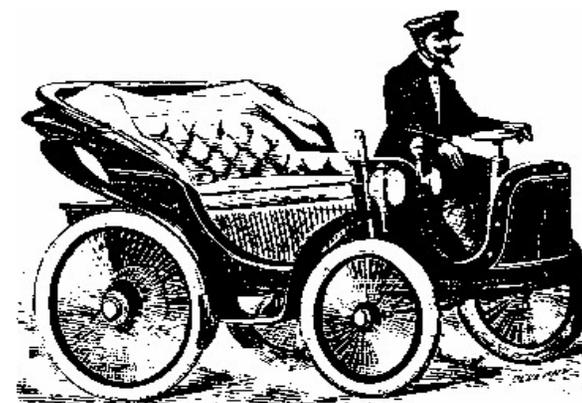
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

123



**A MEMÓRIA CONSTRUÍDA: COMUNIDADE
DE DESTINO, COLÔNIA E REDE**

FABÍOLA LINS CALDAS



Fabiola Lins Caldas

Professora do Curso de História - UFRO
fabiola@unir.br

A MEMÓRIA CONSTRUÍDA: Comunidade de Destino, Colônia e Rede

A principal questão posta por Pollak (1989) em seu texto "Memória, Esquecimento, Silêncio" é a de que a História Oral, utilizando-se do Conceito de "Memória Coletiva" (Halbwachs, 1990), sendo a "memória nacional" a forma mais completa de uma memória coletiva, põe em evidência os aspectos destruidores, uniformizantes e opressores dessa memória. A perspectiva de Halbwachs é a de que, na formação dessa memória comum, não há aspectos coercitivos, mas que sua formação se dá mais por afinidades afetivas, por trajetórias comuns. Esses aspectos são apresentados pela História Oral na medida em que privilegiam grupos sociais minoritários, excluídos, marginalizados, e se utiliza das suas narrativas para propor "outra história", outra visão de determinada realidade em contraposição à visão "majoritária" e institucionalizada, assumida como aquela que devemos reconhecer como "versão oficial".

A Idéia de "Comunidade Afetiva" (Halbwachs, 1990), constituindo uma memória coletiva, nos remete a outros conceitos exercitados por Ecléia Bosi (Comunidade de Destino: 1995) e por Meihy (Colônia, Rede e Colaborador: 1996), nos fazendo pensar no tipo de memória que se constitui a partir da utilização prático teórica desses conceitos.

Para Ecléia Bosi é necessário que o pesquisador sofra de maneira irreversível o destino dos sujeitos observados, criando "um vínculo de amizade e confiança com os recordadores" (1995: 37). A partir de uma postura de entrega, expressa prática e teoricamente pelos sujeitos envolvidos (pesquisador e recordadores), formam uma "comunidade de destino", criando as condições para que "se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana" (1995: 38). Para Meihy a Colônia é definida "pelos padrões gerais de sua comunidade de destino", que é "aquilo que identifica as pessoas, os motivos, as trajetórias que as reúnem em características afins" (1996: 53); a Rede é "uma subdivisão da colônia e que visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem deve ser entrevistado ou não..." (1996: 53), ou seja, define "colaborador" como uma pessoa que aceitará ser entrevistada e que ocupará papel preponderante na pesquisa, sem os quais a mesma não seria viabilizada.

Poderíamos dizer, de maneira geral, que a memória constituída por grupos formados a partir desses conceitos e procedimentos operacionais específicos seja uma memória "não-oficial". Não somente porque se preocupa com os excluídos mas, principalmente, por se interessar por questões desprezadas pelo conhecimento formal como, por exemplo, os sonhos, os esquecimentos, os silêncios, as mentiras, as múltiplas versões, as hipérboles da lembrança, os segredos. Esses temas e assuntos se opõem aos interesses historiográficos que geram uma "memória oficial" tutelada pelos historiadores.

Para Pollak (1989) a memória é constituída através de uma: "operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integrar [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc"

A função da Comunidade de destino, da Colônia e da Rede, no sentido apresentado por Meihy, é de construir um grupo que se une por uma trajetória comum, se constituindo a partir das narrativas, auxiliadas por uma “pergunta de corte” que assegura certa uniformidade e “define e reforça sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais”.

Se as duas funções da memória comum, segundo Pollak (1989), é a de manter a coesão interna e de defender as fronteiras que um grupo tem em comum, a memória constituída pela História Oral deveria estar preocupada não em reforçar esses vínculos comuns, essas fronteiras sociais, mas permitir que as contradições e subjetividades das pessoas, que virtualmente compõem uma comunidade de destino, razão inicial do projeto de pesquisa, possam aflorar. Dessa maneira verificaríamos os confrontos da “memória individual” e da “memória coletiva” na medida em que a constituição da memória está, segundo Halbwachs (1990: 25), relacionada com o convívio entre pessoas que vivenciaram algo em comum e com o presente que irá estimular a lembrança.

Para isso é necessário pensar num trabalho da memória semelhante à criação de texto ficcional, como “processo narrativo, texto em movimento” como propõe Caldas (1999: 61), ou seja, a memória não aparece pronta, ela é tecida, especificamente no caso da História Oral, pelo convívio e a troca de vivências, entre oralista e colaborador, durante o processo de entrevista e da construção dos textos/histórias de vida.

Daí a importância em utilizar os conceitos/procedimentos de Colônia, Rede e Comunidade de Destino apenas como motivação para iniciar a pesquisa e não como delimitadores de fronteiras sociais, num *a priori* que poderá condicionar o conjunto da “memória”, da “pesquisa”. Colocar um tema ou um problema como estimuladores da lembrança e da fala é, precisamente, não dar chance ao outro de se dizer livremente, pondo, inicialmente, um eixo temporal que permanecerá por toda a extensão do texto final. Não se trata aqui da exaltação do “mito da não-interferência” (Portelli, 2001), mas de possibilitar ao colaborador espaço de escolha, por onde deseja começar, o que deseja lembrar, do que deseja falar, em qual ordem organiza seu discurso, quais significados encadeia. Somente assim teremos oportunidade de perceber o quanto da memória individual constitui a memória coletiva e o quanto foi constituída por ela, como os discursos se entrelaçam (oficiais, historiográficos, grupais, institucionais, singulares).

Isso é possível através de uma postura menos impositiva de encontrar nas pessoas entrevistadas uma trajetória comum a qualquer custo, realizando, de certa forma, o mesmo “enquadramento da memória” (Pollak, 1989), seja na elaboração dos textos/Histórias de Vida, seja na interpretação dos mesmos. Essa “trajetória comum” deve ser um estímulo de projeto, não uma condicionante das entrevistas: nossa meta é o outro, não o outro através do meu desejo, das minhas imposições acadêmicas, do meu método. Buscamos o outro como ser integral: o nosso tema, o nosso projeto, a nossa curiosidade será, necessariamente, satisfeita, mas integrada no discurso do outro, ganhando, assim, significados inesperados, dimensões que perguntas e respostas, ou direcionamentos não percebidos, deixam passar.

Numa pesquisa realizada na comunidade Santa Marcelina em Porto Velho-RO, a força motivadora do projeto era a imagem de uma “comunidade de hansenianos”. No entanto a abordagem de maneira alguma fez referência a Comunidade de Destino estabelecida no projeto, construímos Histórias de Vidas e o fato é que em muitas narrativas aquilo que para nós inicialmente determinava àquelas pessoas e que nos fez chegar até elas, não era sequer mencionado no momento

da narrativa livre (o conceito de “Cápsula Narrativa” de Caldas, 1999: 101/102). O relato sobre a doença só veio à tona por estímulos de perguntas, partindo-se de passagens obscuras do primeiro momento (Cápsula Narrativa), que chamamos de aprofundamento temático.

Com essa experiência podemos perceber “as fronteiras entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, o que foi vivenciado e a imagem escolhida para ser transmitida” (Pollak: 1989). Porque não é só a memória oficial, produzida pela História, que é escolhida e selecionada, a diferença é que a História Oral assume as suas escolhas, os selecionamentos, os apagamentos, e a História enquanto Ciência acredita na imagem construída por ela, como se, realmente, o vivido tivesse se passado daquela maneira. Desta forma a História fecha o texto, trava-o e o transforma em *documento*, solidificando também a memória, propondo uma memória comum, além dos sujeitos envolvidos.

Se acreditamos que a memória existe apenas enquanto texto, precisamos ter cuidado e sensibilidade na constituição das narrativas, pois são a nossa *matéria*, e mais delicadeza ainda quando vamos interpretá-las, para não cairmos na tentação de um direcionamento às avessas, com a desculpa de que estamos colaborando com o afloramento das memórias subterrâneas, através da fala dos excluídos.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Ecléa. **MEMÓRIA E SOCIEDADE: LEMBRANÇAS DE VELHOS**. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.
- BURGOS, Elizabeth. **ME LLAMO RIGOBERTA MENCHÚ Y ASÍ ME NACIÓ LA CONCIENCIA**. Siglo Veintiuno, México, 1987.
- CALDAS, Alberto Lins. **ORALIDADE, TEXTO E HISTÓRIA: PARA LER A HISTÓRIA ORAL**. Loyola, São Paulo, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A MEMÓRIA COLETIVA**. Vértice, São Paulo, 1990.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A COLÔNIA BRASILIANISTA: HISTÓRIA ORAL DE VIDA ACADÊMICA**. Nova Stella, São Paulo, 1990.
- _____. **CANTO DE MORTE KAIOWÁ: HISTÓRIA ORAL DE VIDA**. Loyola, São Paulo, 1991.
- _____. **HISTÓRIA E MEMÓRIA OU SIMPLEMENTE HISTÓRIA ORAL?** Anais do Encontro de História e Documentação Oral: 5-11, UnB, Brasília, 1993.
- _____. **MANUAL DE HISTÓRIA ORAL**. Loyola, São Paulo, 1996a.
- _____. **HISTÓRIA ORAL: UM LOCUS DISCIPLINAR FEDERATIVO**. (RE)INTRODUZINDO HISTÓRIA ORAL NO BRASIL: 48-55, Xamã, São Paulo, 1996b.
- _____. (org.). **(RE)INTRODUZINDO HISTÓRIA ORAL NO BRASIL**. Xamã, São Paulo, 1996c.
- POLLAK; Michael. **MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, SILÊNCIO** in Estudos Históricos. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, vol.2, n.3,1989, p.3-15.
- PORTELLI, Alessandro. **SONHOS UCRÔNICOS**. Revista PROJETO HISTÓRIA: 41-58, Nº 10, São Paulo, 1993.
- _____. **HISTÓRIA ORAL COMO GÊNERO**. Revista PROJETO HISTÓRIA: 09-36, Nº 22, São Paulo, 2001.
- VIEZZER, Moema. **“SE ME DEIXAM FALAR ...”: DOMITILA: DEPOIMENTO DE UMA MINEIRA BOLIVIANA**. Global, São Paulo, 1984.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos publicados

*palavra
arvorada a
pássaro
escapa da voz*

poema

*constrói seu canto
no imorredouro
enterra-se no outro
nada em nada*

CARLOS MOREIRA